



Dezenas de munícipes compareceram na sessão de apresentação

Câmara de Pombal apresentou projecto que visa reabilitar espaço

Jardim da Várzea apresentado sob forte contestação popular

Daniela Franco Sousa
daniela.sousa@jornaldeleiria.pt

■ Na passada segunda-feira, a Câmara Municipal de Pombal apresentou publicamente o projecto de requalificação urbana da Várzea, com as alterações entretanto acrescentadas com base nos contributos solicitados à população. A sessão pública de apresentação decorreu no próprio Jardim da Várzea, onde dezenas de pessoas lançaram duras críticas às propostas do executivo liderado por Diogo Mateus.

O corte de árvores, a substituição do piso e a retirada do actual murete foram alguns dos pontos criticados e que, segundo a população, colocam em causa princípios ambientais, de mobilidade e de identidade àquele espaço central da cidade. Recorde-se que o investimento previsto para a requalificação desta zona é de cerca de 1,7 milhões de euros.

O presidente da Autarquia começou por salientar que aquele espaço não recebe uma intervenção há décadas e que urge promover, como tem sido realizado noutros pontos da cidade, uma requalificação do espaço público capaz de melhorar a qualidade de vida de quem o frequenta, dos moradores, ao mesmo tempo que fomenta o consequente investimento do comércio

Público Reacções negativas

“Preocupa-me que se faça mais um mamarracho nesta terra”, começou por dizer um membro do público, que rejeitou a introdução de “lajes que nada têm a ver com o calcário da Serra de Sicó”, bem como a remoção do murete, o que, do seu ponto de vista, torna o jardim inseguro para as crianças. Seguiram-se apelos ao recomeço do projecto que nasceu “torto”. A ausência de flores foi outro ponto reprovado. O facto de se avançar com a requalificação de jardins antes de ter sido definido o projecto para a prevenção de cheias foi também criticado, pois algum deste investimento poderá ter de ser refeito em função do futuro projecto de prevenção de cheias. Já Pedro Pimpão, presidente da Junta de Pombal, elogiou o reforço da área verde nesta versão do projecto. Diogo Mateus respondeu que a Câmara pouco poder tem para definir o projecto de prevenção das cheias, que pertence à Agência Portuguesa para o Ambiente. Frisou que esta é a solução que melhor conjuga as necessidades de jardim e zona de circulação.

nestes locais. Salientou ainda que se não foi feita até agora uma sessão pública foi porque, até à data, não tinham sido reunidas condições para tal.

O arquitecto Carlos Vinhas, autor do projecto, passou a explicar as mudanças previstas. Criar maior interacção com a zona da estação de caminhos de ferro, aumentar os espaços pedonais, ordenar e alinhar vias e criar zonas de estacionamento são alguns dos objectivos do plano de requalificação da zona.

No que respeita concretamente ao Jardim da Várzea, o projecto agora apresentado prevê, entre outras alterações, a remoção das árvores doentes, a introdução de calçada portuguesa e a substituição do actual murete por escadas que facilitem o acesso dos transeuntes ao jardim, independentemente do ponto onde se encontrem.

O arquitecto realçou que o espaço terá de se adaptar às necessidades do futuro, frisando ainda que a área verde será mantida. Actualmente a área verde cobre 38,75% do jardim e o projecto visa que se mantenha em 37,88%, apontou o arquitecto. As árvores existentes são hoje 21, mas o projecto visa a existência de 24, ainda que COMespécies mais ajustadas ao local, referiu o autor.

Relatório de Contas foi aprovado

Ourém tem a dívida mais baixa desde 2002

Elisabete Cruz
elisabete.cruz@jornaldeleiria.pt

■ O Município de Ourém aprovou, na segunda-feira, o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município referente a 2019, com uma dívida total de 7,5 milhões de euros, uma redução de 1,4 milhões de euros face a 2018.

“É um valor histórico e o mais baixo desde 2002”, disse o presidente da Câmara de Ourém, Luís Albuquerque, no briefing online com os jornalistas. O autarca referiu ainda que, “pelo segundo ano consecutivo, o Município teve resultados positivos”, com um saldo de 390 mil euros. Em 2018, o saldo tinha sido de 780 mil euros.

Em Dezembro de 2019, a Câmara de Ourém tinha disponível 9,5 milhões de euros, um resultado corrente positivo de 9,7 milhões de euros e 11,3 milhões positivos de orçamento corrente.

A capacidade de endividamento é de 35 milhões de euros, enquanto o investimento total foi de 6,4 milhões de euros, “um aumento de quase 7% face a 2018”.

“De salientar que no nosso relatório temos 10,5 milhões de euros de amortizações contabilizadas e mesmo assim temos resultados positivos”, reforçou Luís Albuquerque.

MAI deve 163 mil euros à Câmara

O Ministério da Administração Interna (MAI) deve mais de 163 mil euros

à Câmara de Ourém. Segundo explicou Luís Albuquerque, em 2012 foi assinado um protocolo entre aquelas duas entidades para a instalação da PSP num espaço de cerca de 100 metros quadrados (m2) na cidade de Ourém. “Foi acordado que pagariam 1 euro por cada m2, logo seria uma renda mensal de 1700 euros. Até hoje não pagaram nada”, denunciou, ao adiantar que se reuniu com o secretário de Estado adjunto do MAI.

“Em 2018, enviámos uma cópia do acordo e nada foi pago. Agora, sensibilizámos o secretário de Estado para a dívida de cerca de 163 mil euros, que nos informou que é da responsabilidade do secretário de Estado do Tesouro”, disse.

Luis Albuquerque aproveitou a reunião com o secretário de Estado do MAI para comunicar que concorda com a eventual reorganização que o Governo pretende implementar, nomeadamente, não ter a PSP e a GNR a dividir uma freguesia. “Dei nota de que gostaríamos que não houvesse divisão de uma freguesia pelas duas forças de segurança e sugeri que, no concelho de Ourém, a PSP patrulhasse toda a freguesia de Nossa Senhora da Piedade e a GNR o restante concelho, incluindo as freguesias de Fátima, Atouguia e Nossa Senhora da Misericórdia.”

O autarca entende ainda que a sede da GNR, que está em Fátima, deveria ser deslocada para Caxarias, “pois ficaria mais central e perto de todas as freguesias onde intervém.”

União das Freguesias de Alcobaca e Vestiaria

Compras no comércio local favorecem Fundo de Emergência

■ Para fazer face às dificuldades pós-pandemia, a União das Freguesias de Alcobaca e Vestiaria (UFAV) criou um Fundo de Emergência Social, que pretende aumentar à medida que a comunidade aposta no comércio tradicional. Nos próximos quatro meses, por cada compra no comércio local, a UFAV doará 50 centimos em bens alimentares à rede social de freguesia, prevendo um alcance de cerca de 450 famílias. Os bens entregues serão adquiridos pela UFAV localmente, informa a União e Freguesias em comunicado. Esta

campanha, prossegue a UFAV, pretende “valorizar o que é nosso : incentivar às compras na freguesia numa lógica de economia circular” ao mesmo tempo que “apoia as famílias carenciadas com entrega de bens alimentares à rede social que já recebe mais 50% de pedidos de ajuda comparativamente ao primeiro dia de quarentena”. A UFAV salienta: “somos uma freguesia de oferta diversificada, que mais do que nunca necessita de ser valorizada. Os serviços e o comércio são seguros e de excelência”.